



Câmara dos Deputados
Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação
Escrevendo a História – Mulher Constituinte

**Discurso proferido na sessão de 25 de abril de 1988,
publicado no DANC de 26 de abril de 1988, página 9853.**

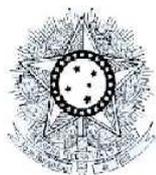
Discurso pronunciado em 25 de abril de 1988 – Publicado em 26 de abril de 1988, pp. 9853(Ordem econômica- reforma agrária e mineração)

A SRA. BETH AZIZE (PSB – AM. Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, neste final de semana procurei estar presente em algumas reuniões das Lideranças Partidárias, realizadas no sentido de se chegar a um entendimento sobre o título da Ordem Econômica, que esta Assembléia Nacional Constituinte deverá votar nos próximos dias.

Nessa oportunidade, pude verificar a boa vontade daqueles que aqui permaneceram, no intuito de discutir as questões mais polêmicas em derredor dessa questão, e pude também constatar que interesses maiores estão prejudicando tal entendimento. Sr. Presidente, move-me a vontade e a obrigação de usar este microfone para dizer à Assembléia Nacional Constituinte e à Nação que me preocupo sobremaneira com a questão da Ordem Econômica, principalmente no que diz respeito à reforma agrária e à mineração. Trata-se de dois problemas muito íntimos e perfeitamente entrosados com a minha responsabilidade de Parlamentar e política no Estado do Amazonas.

No que diz respeito à reforma agrária, é insensato dizer-se que lá existe terra demais e que não há necessidade de uma reforma agrária no interior daquele Estado. Digo a esta Casa, a esta Assembléia e ao povo brasileiro, que a necessidade de uma reforma agrária na Região Amazônica é tão premente quanto nos Estados do Nordeste.

E isso se verifica à medida que grupos econômicos, interessados exclusivamente na especulação imobiliária, na devastação das nossas florestas e das nossas riquezas e no seu desequilíbrio ecológico, buscam aquela região, despojam os seus verdadeiros posseiros, os seus legítimos ocupantes, compram o preço de miséria as terras mais férteis, as de maior produção extrativista e madeireira, com o objetivo único de devastar a floresta e, sobretudo, de expulsar o homem do interior.



Câmara dos Deputados

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

Escrevendo a História – Mulher Constituinte

E ainda mais, praticam fraudes de toda a espécie – fraude cambial, na exportação da madeira; fraude financeira e, sobretudo, o crime ecológico, de desrespeito à vida humana.

Sr. Presidente, a reforma agrária precisa ser votada, aprovada e entendida por esta Assembléia Nacional Constituinte não como objetivo mas como forma de indispor ostensiva e indiscriminadamente contra a propriedade privada, como uma maneira justa de distribuir a terra para aqueles que dela precisam.

O homem do interior do Estado do Amazonas é obrigado a afavelar-se na cidade de Manaus e nas cidades sede dos municípios, porque é despojado das suas terras e sacrificado por grupos interessados exclusivamente na especulação imobiliária e na fraude da comercialização dos nossos produtos regionais. Tenho ainda outra preocupação, Sr. Presidente, com relação à questão mineral.

Recebi do Município de São Gabriel da Cachoeira, no alto rio Negro, onde está concentrada a maior força de exploração do ouro e das riquezas minerais, a maior votação dada a um Constituinte, a um Deputado Federal.

Pois em São Gabriel da Cachoeira, no alto rio Negro, se verifica a maior exploração, sobretudo agora, com a descoberta da chamada serra da Cabeça de Cachorro, que é a maior jazida ourífera de que se tem notícia no mundo. Nessa região o problema entre mineradores, índios e garimpeiros é uma questão de vida ou morte.

No momento em que os preparamos para votar, para decidir a questão da política de mineração através da nova Constituição, definindo uma política de mineração humana, séria, justa e, sobretudo voltada para os interesses da sociedade brasileira, não das mineradoras, quero deixar aqui uma observação que me acompanha desde o início dos trabalhos: é bom que a Assembléia Nacional Constituinte fique atenta às chamadas empresas nacionais de mineração na Amazônia e, principalmente, no Estado do Amazonas, que servem de testa de ferro ao capital estrangeiro e não são tão nacionais quanto se pensa. Muitas vezes, sob a égide de defender o capital nacional, contribuem para a invasão do capital estrangeiro, destruindo as nossas riquezas, em detrimento do bem-estar da sociedade brasileira.